

entendendo a crise fiscal

Desde 2013 vem sendo divulgada a recessão econômica que acomete o Brasil. A queda do crescimento, decorrente de variados motivos – globais e locais – tem um impacto direto na queda da receita dos estados e municípios, resultando assim numa **crise fiscal** que salta aos olhos, em especial a partir de 2015, mantendo-se entre as manchetes dos jornais.

Esse processo vem absorvendo grande parte dos recursos dos orçamentos estaduais e municipais, afetando a vida de toda a sociedade que paga a conta, tanto por meio dos elevados tributos como por meio dos serviços públicos que deixa de receber. Apesar de pagar a conta, a sociedade não sabe que dívidas são essas; como foram contraídas; onde foram aplicados os recursos; quem se beneficiou dos recursos; qual a natureza dos passivos dos bancos estaduais privatizados que foram transformados em dívida do estado, etc. As condições de refinanciamento impostas pela União aos estados e municípios mostraram-se extremamente onerosas. A cada mês a dívida é atualizada e sobre esse montante incidem os elevados juros, de forma cumulativa ao longo dos meses. Esse formato fez com que as dívidas se multiplicassem e se transformassem em uma bola de neve [1].

Desta maneira, estados e municípios tem se mobilizado para encontrar fontes alternativas de captação de recursos para a gestão pública. Duas saídas principais são adotadas: as chamadas **operações de securitização de dívida ativa** [2] (uma das principais tendências para os próximos anos em todo o Brasil) e a adoção de **parcerias público-privadas** [3] para o provimento de políticas públicas.

E é exatamente isso que aconteceu em Belo Horizonte com a PBH Ativos S/A.

A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A CRISE FISCAL: PLS 204/2016 NÃO!

O modelo da PBH Ativos, de securitização da dívida pública, é um mecanismo que agudiza ainda mais a carência de recursos para as atividades dos entes da federação, uma vez que ficam compromissados a pagar altas taxas para os investidores e altos custos de operação. Por conta deste motivo que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal do Brasil vedam este tipo de atividade de operação de crédito para adiantamento de receita feita pelos entes federados, pois já é sabido os impactos que ocasionam a médio e longo prazo na saúde financeira destes.

Entretanto, atendendo a interesse do mercado financeiro – e não o da maioria da população – foi aprovado no senado (com 45 votos a favor) o Projeto de Lei 204-2016 que autoriza União, estados e municípios a cederem direitos creditórios ao setor privado que pretende dar segurança jurídica e tornar legal este tipo de atividade, por mais danosa que possa ser – embora extremamente lucrativa para poucos investidores-especuladores.

É neste contexto de expansão da razão neoliberal que apresentamos a hipótese da formação de uma rede de financeirização nos municípios e estados brasileiros. Por exemplo, entre 2010 e 2017, foram criadas 12 empresas nos municípios e 9 nos Estados que já se adiantam em fazer a securitização da dívida pública, mesmo que a prática seja entendida como ilegal/inconstitucional (por enquanto) e como prejudicial.

1. FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados e Municípios. Brasília: Inove Gráfica e Editora.

2. Prática financeira que agrupa várias dívidas e as converte em títulos negociáveis no mercado de capitais. São caracterizados pelo compromisso de pagamento futuro, de principal e de juros. É utilizado como uma forma de captar recursos no mercado financeiro.

3. Contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade um determinado serviço.

indisciplinar
grupo de pesquisa cnpq-eaufmg

Coordenação	Projeto Urbanismo Biopolítico
Projeto e Produção Gráfica	André Victor, Lucca Mezzacappa, Mariana Bubantz
Fonte	CANETTIERI, Thiago. 2017. A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A; FATORELLI, Maria. 2017. “Estatais de Fachada” operam títulos da dívida pública em prejuízo da sociedade; FIX, Mariana. 2004. A fórmula-mágica da parceria público-privada; FREITAS, Daniel. 2016. Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte; HARVEY, David. 1996. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio; PECK, Jamie; WHITESIDE, Heather. 2016. Financializing Detroit. Comissão Parlamentar de Inquérito da PBH Ativos. Disponível em: https://tinyurl.com/y972lf2b
Projeto	pub.indisciplinar.com

crise e financiamento de políticas públicas

A PBH ATIVOS S/A E A SECURITIZAÇÃO SÃO UMA SOLUÇÃO?



bh s/a

ind
.lab

urbanismo
biopolítico

